

Protocolos sanitários do Minas Consciente contribuem para evitar lockdown

Ter 30 junho

Durante coletiva virtual nesta terça-feira (30/6), o chefe de gabinete da [Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais \(SES-MG\)](#), João Pinho, reforçou a importância do [plano Minas Consciente](#) e do isolamento social para o controle da pandemia de coronavírus.

Lançado em abril, o Minas Consciente se baseia em dados técnico-científicos para elaborar um conjunto de protocolos, visando à retomada segura e responsável das atividades econômicas. Atualmente, 165 municípios aderiram ao plano, o que representa cerca de 4 milhões de habitantes incluídos nos protocolos.

Segundo João Pinho, para entender o impacto dessa pandemia nas relações econômicas, o [Governo de Minas](#) elaborou protocolos, coordenados com os municípios, para o acompanhamento e tomada de decisão.

“O plano completou dois meses na data de ontem (29/6) e busca coordenar, dentro do possível, tanto as atitudes dos municípios quanto essa dualidade entre economia e saúde. O acompanhamento é diário e, pelo Minas Consciente, damos sinalizações claras do que está acontecendo e de que o isolamento é a melhor medida de prevenção, no momento”, diz.

Sobre a restrição de circulação de pessoas e de funcionamento de atividades, como um lockdown, João Pinho reforçou que a medida poderá ser realizada em localidades específicas, em caso de indicadores de descontrole da doença.

“Estamos conversando com prefeitos e secretários tentando auxiliá-los. Os protocolos para a eventualidade de lockdown já foram delineados e, agora, passam por ajustes. Destaco a importância da adesão ao plano Minas Consciente, de forma que as medidas de isolamento sejam coordenadas e possam seguir um padrão de conduta. Devemos lembrar que o isolamento adequado, dentro de parâmetros como os previstos no Minas Consciente, evita o lockdown”, avalia.

Visitas

Com objetivo de proporcionar mais conforto às pessoas internadas em unidades hospitalares com covid-19, foi publicada no [Diário Oficial Minas Gerais](#), no último sábado, a Lei nº 23.667, que autoriza visitas presenciais aos pacientes.

De acordo com João Pinho, quando uma lei é promulgada pode haver um período até que a sociedade se adapte à nova regra. “Vai caber aos gestores dos hospitais fazerem o planejamento de como realizar essas visitas, observando todos os protocolos pertinentes, sanitários e de saúde. Eventuais descumprimentos da lei devem ser encaminhados ao Conselho Estadual de Saúde para apuração”, alerta.

Transporte de pacientes

João Pinho reforçou, ainda, que a transferência de pacientes de outros municípios para internação em Belo Horizonte já faz parte das políticas de saúde do Estado.

“Já é convencional em Minas o transporte de pacientes. E, desde o início do enfrentamento da pandemia, desenvolvemos planos de contingências macrorregionais, que organizam a rede em prioridade, os hospitais de referência e, a partir disso, identificamos quais ações serão realizadas caso um paciente necessite de transporte para um atendimento ambulatorial, de internação ou até mesmo de uma UTI”, esclarece.

Ainda de acordo com Pinho, o Estado tem ações que permitem a realização desses transportes. “Temos uma parceria com o [Corpo de Bombeiros](#) e [Polícia Militar](#), tanto para transporte terrestre, quanto aéreo. Temos, também, a possibilidade de contratação de um sistema de resguardo para que o paciente seja assistido e a transferência realizada”, complementa.